



BOLETIM INFORMATIVO

São Paulo, 14 de outubro de 1977

- Suplemento ao nº 227



10.ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

Dado o interesse e importância das manifestações oficiais do Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. Angelo Calmon de Sá, do Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, Dr. Alpheu Amaral, do Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Dr. José Lopes de Oliveira, do Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, Dr. Carlos Frederico Lopes da Motta e do Presidente da 10ª. Conferência Brasileira de Seguros Privados e de Capitalização, Sr. Walmiro Ney Cova Martins, durante o certame, publicamos neste Suplemento, na ordem em que foram proferidos, seus pronunciamentos.

Oportunamente publicaremos, em Suplemento Especial, o texto das Conferências e dos Painéis de Debates, matéria de alta relevância que contribuiu para o êxito do conclave.

PRONUNCIAMENTO DO SR. WALMIRO NEY COVA MARTINS, DIA
03 DE OUTUBRO DE 1977, NA 10a. CONFERÊNCIA BRASILEI
RA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PAULO EGÍDIO MARTINS

MUITO NOBRE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rejubilam-se os seguradores brasileiros em serem acolhidos por Vossa Excelência para a abertura dos trabalhos da X CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO, no próprio Palácio do Governo.

Sentem-se honrados, de coração, pela magnífica demonstração de apreço que Vossa Excelência assim lhes presta e entendem que, de sua parte, esta é uma oportunidade para que lhe possam demonstrar o nosso agradecimento por sua gentileza e apresentar nossa homenagem a quem muito tem feito pelo seguro no Brasil.

Bem sabe o nobre governador que o nosso conclave nacional se reúne com o propósito principal da análise prospectiva do seguro entre nós no decênio 1977/1987, sob o tema central: "O Seguro Brasileiro na Próxima Década".

E é certo que há 10 anos, encontrava-se Vossa Excelência à frente do Ministério da Indústria e do Comércio, e então teve a iniciativa de instituir o Sistema Nacional de Seguros Privados, outorgando-lhe instrumentos operacionais que permitiram a arrancada para o surto de progresso que hoje se manifesta no mercado segurador brasileiro.

De fato, a legislação estabelecida por Vossa Excelência quando dinamizava o Ministério da Indústria e do Comércio, criou o Conselho Nacional de Seguros Privados e integrou as operações de seguro no regime de redução de custo e racionalização de trabalho exigidos para o desenvolvimento da economia nacional. E foi, então, estabelecida a cobrança bancária obrigatória dos prêmios de seguros, com o

objetivo de agilizar o encaixe desses prêmios. Tiveram assim as seguradoras sensivelmente alargadas as suas disponibilidades o que lhes permitiu dar cumprimento mais imediato às suas obrigações contratuais. Ainda como consequência desse alargamento, passaram as companhias de Seguros a ocupar lugar de relêvo no mercado de capitais, investindo em setores básicos da economia nacional, cumprindo dessa forma mais uma das suas importantes finalidades.

Ao lado dessas providências técnicas, o Decreto-Lei nº 73 estabelecia o princípio de que o controle do Estado sobre as operações de seguro se exerceria "no interesse dos segurados e dos beneficiários dos contratos de seguro", caracterizando assim a dignidade de suas operações, do que resultou a melhora do conceito de que hoje gozam as seguradoras.

Bem certo é que a situação atual do mercado é reflexo das medidas administrativas e técnicas que as autoridades do setor vieram pondo em prática, com pleno apoio dos seguradores, e da crescente valorização da iniciativa privada de que Vossa Excelência tem sido um constante e destacado paladino.

Por dever de Justiça, portanto, Senhor Governador, sejam nossas primeiras palavras de júbilo pelo nosso reencontro com Vossa Excelência, encontro esse, que nos oferece ensejo para manifestar-lhe o reconhecimento do mercado segurador e a calorosa homenagem de que Vossa Excelência é merecedor.

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES,

Este agradecimento se estende também a Vossas Excelências, dignas autoridades que nos honram com sua presença, e cujo comparecimento a esta solenidade é sinal da amizade e apreço com que distinguem a classe seguradora e penhor de que esta continua fiel às grandes linhas da administração pública brasileira. Atesta também a preocupação constante das seguradoras em desempenhar a parte que lhes toca no desenvolvimento de economia nacional, à qual se integram positivamente.

É de notar que a presença de Vossas Excelências possibilita cada vez maior entrelaçamento e melhor aproximação entre nós, de maneira a permitir que os trabalhos deste conclave produzam os frutos desejados para que o progresso da atividade seguradora no Brasil, iniciado a partir da criação do Sistema Nacional de Seguros Privados, possa prosseguir, com firmeza, para atingir os pontos altos para os quais caminha a economia nacional, da qual o seguro é componente, proteção e garantia.

Partiram de Vossas Excelências numerosas medidas administrativas da maior importância e significado para o mercado segurador brasileiro, como sejam as relativas ao estabelecimento da reciprocidade de operação de resseguro com o exterior, a elevação dos limites de operação das seguradoras, a política de fusões e incorporações ainda em marcha, a obrigatoriedade de contratação no país dos seguros de transportes de bens importados e a crescente internacionalização dos seguros, sem prejuízo do princípio de nacionalização das operações.

É de nosso dever registrar que estas medidas, bem como a incorporação ao mercado interno dos seguros de Responsabilidade Civil Geral, Aeronáuticos, Global de Bancos e Cascos, a ampliação das operações dos riscos de Engenharia e dos seguros de garantia e, ainda, a maior autonomia conferida às Sociedades nas liquidações de sinistros, assinalam a atuação dos órgãos oficiais, em especial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Institu

to de Resseguros do Brasil. Daí a menção expressa que cumpre fazer dos nomes dos Drs. Alpheu Amaral e José Lopes de Oliveira, à frente dessas instituições, que assim promoveram tão marcadamente o desenvolvimento do seguro entre nós.

SENHORES CONVENCIONAIS

MINHAS SENHORAS E

MEUS SENHORES

São Paulo se engalana por ter sido escolhida para sede da X Conferência Brasileira de Seguros Privados e de Capitalização.

O alto nível dos Convencionais que São Paulo ora abriga está a garantir que, cumpridas as etapas que se abrirão durante estes dias de estudos, pesquisas e congratamento, mais forte, mais coesa e mais eficiente ficará a classe seguradora brasileira. Durante estes dias de trabalho comum, os convencionais da X Conferência deverão encontrar novos parâmetros para sua atividade.

São muitas e variadas as tarefas que nos aguardam, durante o nosso trabalho. Iremos, com entusiasmo, analisar, discutir e equacionar soluções para os problemas que se apresentam à nossa atividade e são eles de multiformes aspectos econômicos, financeiros, políticos, jurídicos, legais, administrativos, sociais, culturais, mercadológicos, cada um capaz de condicionar o desempenho da instituição do seguro brasileiro nos próximos anos.

É verdade que o seguro no Brasil tem mantido, nos últimos anos, elevado ritmo de expansão, liderando mesmo o mercado segurador mundial em termos de taxa de crescimento. As seguradoras brasileiras que arrecadaram cerca de Cr\$ 1,5 bilhão de prêmios em 1970, no ano de 1976 ultrapassaram a barreira dos 16 bilhões, em valores correntes. Corrigido tal valor, isto significa um crescimento de 189,5% e uma taxa anual de expansão acima de 19%. Para que se possa ter idéia exata do que representa este crescimento, basta citarmos que, no ano de 1975 os países que mais cresceram no setor foram o Japão com 4,4%, o Canadá com 4% e a Austrália com uma taxa de 3,9%. No mesmo ano, 1975, nosso crescimento chegou a 16,9%.

E no primeiro semestre deste ano registramos crescimento de 55% em relação a igual período do ano anterior.

Merece registro que, na base dessas estimativas, neste ano o mercado segurador deverá pagar indenizações por sinistros em torno de 10 bilhões de cruzeiros, importância esta superior à verba destinada a qualquer das Secretarias do Governo do Estado de São Paulo, exceto a Secretaria da Administração Geral, conforme orçamento de 1977 deste Estado.

Tal cifra, corresponde ao pagamento de Cr\$ 40 milhões por dia útil que, em média, está sendo pago pelas seguradoras no Brasil.

Como se pode ver, a realidade é muito diferente daquela que se costumava propalar no tocante ao pagamento de sinistros da parte das seguradoras.

É a instituição do seguro que caminha a passos firmes, mercê dos instrumentos legais e operacionais que recebeu em decorrência da criação do Sistema Nacional de Seguros e que se esforça cada dia mais para projetar, junto às autoridades e ao público brasileiro, a correta imagem de seu real valor.

Estamos, é bem verdade, conscientes da posição de respeito e de destaque que a instituição do seguro alcançou no Brasil.

Mas, deve ser notado, que esse crescimento não se fez sem grandes dificuldades.

Várias são as razões que nos levam a poder afirmar que o desenvolvimento, hoje experimentado pelo seguro brasileiro, não alcançou tão expressiva posição sem ter que ultrapassar barreiras as mais difíceis.

Todas elas, entretanto, têm sido ultrapassadas, graças à disposição daqueles que se empenham em tornar a atividade de seguros credora do respeito e do reconhecimento público.

Para suprir deficiências com que se viam a braços as seguradoras, especialmente no aprendizado do pessoal que se iniciava na atividade de seguros, muito se fez e os resultados aí estão. O autodidatismo marcava acentuadamente a composição dos quadros das seguradoras. Tal situação, aqui em São Paulo, somente se alterou pela ação da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro, entidade surgida justamente pela necessidade de sistematização no estudo do seguro, em seus vários aspectos. Durante largo período a ela coube a tarefa de proporcionar conhecimentos básicos, notadamente aos jovens

que ingressavam na atividade seguradora. E, pelo muito que fez entre nós, pela colaboração marcante que a Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro deu ao mercado segurador, merece ela todo nosso respeito e nosso apoio.

Com o posterior início das atividades da Funenseg - Fundação Escola Nacional de Seguros, a formação dos quadros de pessoal, em todo o Brasil, vem-se aprimorando dia a dia, e em breve esperamos possa ser suprida a lacuna que ainda existe, decorrente sobretudo do acelerado desenvolvimento do seguro no Brasil.

Hoje, estamos registrando, com grande satisfação, o afluxo acentuado de pessoal de nível universitário aos bancos dos cursos ministrados pela Funenseg, numa demonstração viva de que a atividade seguradora exerce atração para nossos jovens, e que o pessoal de que dispomos vai-se tornando cada vez mais capacitado para o desempenho das funções que lhes são atribuídas.

Vale registrar, também aqui, que já existem Faculdades no Brasil onde se estuda o seguro como disciplina do currículo universitário, fato dos mais auspiciosos pela constatação da importância que a atividade está adquirindo entre nós e pela garantia de seu aperfeiçoamento em nível científico.

É-nos lícito, portanto, acreditar que maior surto de crescimento deverá registrar nossa atividade no futuro, graças à maior e mais acentuada formação do pessoal que virá engrossar as fileiras daqueles que se encarregam da administração das garantias proporcionadas pelo seguro.

A dificuldade antes existente, está, como vemos, sendo resolvida a contento.

Nesses 10 anos que se passaram, tropeços também foram experimentados na incompreensão da importância econômico-social do seguro. Só na racionalização que hoje se vê, pôde de alguma forma ser criada a noção da necessidade do seguro.

No tocante às pessoas, essa necessidade está-se instalando em grande parte pelas profundas alterações de ordem social que vem experimentando o país. Hoje, os seguros pessoais tiveram grande incremento, especialmente os de Vida em Grupo, operados por grande número de seguradoras.

E, se cresceu de forma tão acentuada a arrecadação de prêmios de seguros neste decênio, também se

observou o mesmo movimento ascensional no tocante aos investimentos patrimoniais. De fato, segundo o Anuário de Seguros de 1967, as empresas seguradoras haviam registrado, naquele ano Cr\$ 173 milhões - valor corrigido - como rendimento patrimonial; hoje, apontam os balanços de 1976, um rendimento no exercício da ordem de Cr\$ 1.985 milhões o que também demonstra um aprimoramento na gerência financeira das companhias de seguros, decorrência sem dúvida do fenômeno já apontado da melhoria do quadro de pessoal que as compõem.

Em consequência, grande importância têm as seguradoras atualmente como investidoras no mercado de capitais.

Ao analisarmos os balanços das seguradoras no ano de 1967, vamos encontrar predominância para os seguros do ramo incêndio.

Hoje, vemos se destacarem na liderança da receita os prêmios derivantes dos seguros de veículos. Tal fenômeno, desde há muito, era previsto entre nós, e, nos dias atuais, se vê confirmada a expectativa.

O crescimento das carteiras de veículos torna claro que hoje grande parte dos interesses das seguradoras se encontram trafegando pelas ruas e estradas de nosso país. Tal fato impõe nosso cuidado no aperfeiçoamento do trânsito e nas medidas de segurança que são tomadas com tal objetivo.

Aliás, esta preocupação das seguradoras com as estruturas sociais não pode ficar restrita a este campo apenas, porque as ligações entre o seguro, a economia e o bem estar social são cada vez mais acentuadas. Daí impor-se às seguradoras o atento acompanhamento do desenvolvimento pleno e geral da nossa sociedade, dedicando-lhe toda a atenção necessária. Hoje não é possível pensar em nenhuma atividade estanque na sociedade global em que nos encontramos.

E é bom de se lembrar que o objeto do seguro não são simplesmente coisas mas os riscos a que estão expostas as pessoas e as coisas, cuja segurança devemos visar.

No decênio que estamos analisando, vimos surgir novos tipos de seguros.

Devido a várias causas, inclusive infra-tarifação inicial, assistimos completa evolução relacionada com os seguros de Responsabilidade Civil de Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres, o seguro RECOVAT, so-

mo passou a ser conhecido.

Os problemas que se seguiram à sua criação e implantação, levaram nossas autoridades a programar uma substituição daquele seguro. Foi criado, em seu lugar, o seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, que logo se incorporou ao nosso meio sob a denominação de DPVAT. Veio ele para atender às exigências atuais, corrigindo as deficiências apontadas pela experiência relativas aos seguros RECOVAT. Tal modalidade é hoje operada com eficiência, permitindo-nos vencer aquelas dificuldades e atender à sua finalidade social de amparo ao crescente número de vítimas da utilização de veículos automotores, sabido como é que o trânsito é hoje uma das maiores causas de mortalidade.

A confiança do público no mercado de seguros, que estivera ameaçada, vem se firmando cada dia que passa, tanto pelo aperfeiçoamento da sistemática das operações do novo seguro, como também pelo empenho das autoridades do setor para conseguirem a extinção de alguns focos de descrédito na instituição. A este propósito, destaque especial deve ser dado ao Consórcio para Regularização do Mercado Segurador, que se constituiu graças à conjugação de esforços das seguradoras e do IRB, para atender a tal finalidade moralizadora de nossa atividade.

O sucesso do empreendimento é por todos conhecido e os resultados alcançados têm demonstrado a preocupação que se instaurou no seio da classe de não permitir que atitudes de poucos pudessem deslustrar o trabalho bem dirigido de muitos.

A providência adotada mostrou, também, que o seguro privado no Brasil tem condições de atender às necessidades do mercado, encontrando solução para seus problemas, de modo o mais conveniente e apropriado, o que tem granjeado para o setor grande simpatia e apoio de nossas autoridades oficiais, que vêem no episódio a demonstração da grandeza e da capacidade do empresariado brasileiro.

Muitas outras considerações poderíamos ainda fazer na análise dos 10 anos que se passaram. Pretendemos, contudo, fazer rápido registro na oportunidade em que nos preocupamos com o nosso futuro, com os 10 anos que estão por vir.

Não queremos deixar de nos referir a quem, durante todo esse período, como antes dele e no futuro, esteve e estará intimamente ligado à instituição. No início

de nossas atividades, era ele quem se encarregava de persuadir pessoalmente o candidato à aquisição de um novo seguro ou da alteração do já existente.

A partir justamente do decênio que enfocamos, passando a se constituir em componente do Sistema Nacional de Seguros, destaque especial devemos dar ao Corretor de Seguros.

Após aquele período inicial de intensa luta individual, o Corretor de Seguros é hoje um profissional realmente capaz de prestar toda uma gama de bons serviços de que efetivamente necessita o segurado. Atualmente, mercê especialmente de ampla e sólida formação profissional, colabora o Corretor de Seguros com a comunidade onde atua e com as seguradoras que muito dependem de seus esforços e atividade.

A necessidade da existência de profissionais realmente bem formados, levou a Fundação Escola Nacional de Seguros, a Funenseg, a promover com regularidade, cursos de formação de corretores de seguros, que têm proporcionado o aparecimento periódico de novos profissionais realmente conhecedores da atividade que passarão a desempenhar.

Em consequência, verifica-se ainda, ao lado do aperfeiçoamento das atividades dos corretores em geral, também o surgimento de empresas de corretagem e prestação de serviços já de âmbito nacional e mesmo internacional.

É o Corretor cada vez mais, o verdadeiro ponto de encontro, um verdadeiro elo, entre segurador e segurado, tão útil e profícuo para ambas as partes.

O progresso que estamos assistindo das atividades do corretor, se caracteriza também pela recente instituição do seguro de Responsabilidade Civil Profissional de Sociedades Corretoras de seguros, numa demonstração de que o profissional em sua atividade, pode garantir a seus segurados não apenas a certeza da prestação de bons serviços, mas também a demonstração de que, até com mais razão do que ninguém, ele acredita no seguro que vende, acobertando-se de eventuais falhas que possam ocasionar dano àqueles que nele confiam.

O registro ao surgimento recente de tal seguro de Responsabilidade Civil Profissional das Sociedades Corretoras de seguros é feito também para acentuar que, sensível aos reclamos do desenvolvimento nacional, o setor de seguros vem ampliando cada vez mais a abrangência dos seguros de Responsabilidade.

Modernamente, devido ao crescimento da consciência da importância dos direitos pessoais e patrimoniais, temos tido maior procura aos seguros de Responsabilidade Civil, visando-se a manter o equilíbrio social e patrimonial através da reparação dos atos ilícitos.

Consequência também imediata da procura de tais seguros é o desafogo de nossos Tribunais, através da solução amigável dos conflitos, sem a necessidade do recurso às vias judiciais.

Este é um grande e relevante serviço que a instituição do seguro presta à coletividade e à Nação. E quando falamos em solução amigável dos conflitos, não queremos dizer de solução com prejuízo de quem quer que seja.

O prejudicado que busca reparação junto às companhias de seguros, pode ter a certeza de obtê-la por inteiro, sem necessidade de sacrifícios de seus direitos. Uma vez quantificados tais direitos, as companhias de seguros estão em perfeitas condições de solvê-los, por inteiro, em cumprimento da obrigação assumida.

Assim, vem-se apagando aquela imagem que se tinha do seguro como reparação parcial de prejuízos.

SENHOR GOVERNADOR,

DEMAIS AUTORIDADES,

SENHORAS E SENHORES,

As palavras que acabamos de pronunciar, enfocaram somente alguns poucos pontos do muito que ocorreu dentro da atividade seguradora nacional nos últimos dez anos.

E assim fizemos para que avaliássemos juntos quanta experiência acumulamos nesse período. Ela é grande. Maior, sem dúvida, é a que o mercado segurador brasileiro consolidou nos últimos 170 anos, se admitirmos que o seguro nacional passou a existir a partir de 1808.

E, é dessa experiência toda que esse mesmo mercado vai necessitar a partir de hoje, dentro do conclave que ora solenemente se instala, quando estamos reunindo para balizar os caminhos que iremos percorrer nos próximos 10 anos.

"O Seguro Brasileiro na Próxima Década" tema central do nosso congresso, assunto que nos absorverá nos próximos 4 dias, não pode prescindir da sabedoria que cada convencional traz dentro de si.

A experiência de cada um fará com que as conclusões que irão surgir possam marcar verdadeiramente o sucesso da X Conferência Brasileira de Seguros Privados e de Capitalização. E nessas conclusões, esteja presente a certeza de que todo o êxito de nossa atividade consistirá, sempre e cada vez mais, na prestação de melhores serviços a um número cada vez maior de segurados, pelo desenvolvimento do ideal de bem servir.

SENHORES CONVENCIONAIS,

Quero expressar-lhes os nossos votos de boas vindas, desejando-lhes uma feliz e proveitosa estada entre nós. Buscando interpretar o pensamento do Segurador paulista, podemos dizer que os recebemos de braços e coração abertos. Sintam-se em São Paulo como se estivessem em sua própria casa, em sua empresa, em sua cidade.

Imaginem comigo que neste instante afundam-se no céu as últimas estrelas que brilharam durante toda a noite que antecedeu ao dia que será a X Conferência Brasileira de Seguros Privados e de Capitalização.

Apagam-se as estrelas sob os primeiros raios do sol que brilhará majestoso.

É manhã. Clara e formosa.

E, por isso, quero desejar-lhes um bom dia, um dia cheio de trabalho fecundo e proveitoso, um dia cheio de compreensão, um dia cheio de amor.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DO DR. ALPHEU AMARAL, DIA 05 DE
OUTUBRO DE 1977, NA 10a. CONFERÊNCIA BRASILEI
RA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

O tema da 10ª Conferência Brasileira de Seguros Pri-
vados e de Capitalização é bastante abrangente.

Tudo pode ser dito sobre o "Seguro Brasileiro na Pró-
xima Década": do benefício que a explosão da economia brasi-
leira trouxe para o sistema segurador; dos ramos ainda não su-
ficiente explorados; da sofisticação do mercado; e até mesmo
fazer exercícios de futurologia.

Os dados e as projeções estão a mão para uma análise
consciente e projeções factíveis.

Os números os Senhores os conhecem e muito bem. Não
falarei sobre eles, mas apenas sobre minhas observações, - de
um ângulo puramente social - nos meus 3 e 1/2 anos de SUSEP.

- : -

É lugar-comum afirmar que as pessoas tendem a asso-
ciar-se. Todos nós, de uma maneira ou de outra, procuramos
outras pessoas. Reunimo-nos em família, em turmas no colé-
gio, em clubes, em associações profissionais, em partidos po-
líticos, enfim, sob variadas formas nos unimos a outras pes-
soas e sentimos necessidade disto. Só doentes mentais con-
seguem o isolamento total.

O gregarismo humano é incontestável através da ob-
servação do comportamento do homem através dos tempos. O fe-
nômeno gregário é flagrantemente óbvio para que apresentemos
prova de sua ocorrência. Caberia, sim, discutirmos o porquê
do gregarismo humano.

Por que temos a tendência de nos associarmos a outras pessoas? Parece que a associação tem a finalidade de satisfazer certas necessidades básicas da pessoa.

Já está suficientemente demonstrado que não existe um instinto gregário, isto é, uma tendência inata à associação com os outros.

A busca dos outros está ligada a uma necessidade de autodefesa física e psíquica.

O homem busca na convivência com os outros a preservação individual, de sua família e da espécie. Só dentro do grupo social isto é conseguido. Só o grupo é capaz de proteger o indivíduo e a espécie. As características ditas humana aparecem e se firmam dentro do contexto social. O indivíduo encontra sua dimensão humana quando é posto em relação direta e consciente com o grupo social.

Os valores sociais, as normas de comportamento vão sendo internalizados através das várias e contínuas relações entre os membros do grupo.

Da troca de idéias, da comunhão de interesses, da coincidência de propósitos e da tomada de atitudes surgem os processos sociais que se tornam mais complexos à medida em que o grupo toma consciência de sua individualidade como grupo. Surge a consciência do "nós". O indivíduo se identifica com o grupo social.

Os processos sociais que nascem dentro do grupo e o mobilizam vão acarretar uma estratificação mais ou menos de-

finida, dependendo das características peculiares ao agrupamento. Cada indivíduo desempenha uma série de papéis dentro do grupo. A cada papel corresponde uma expectativa de conduta. O indivíduo passa a ter seu comportamento determinado pelas expectativas do grupo.

A mobilidade social assegura ao indivíduo a ocupação de posições que vão se definindo à medida que o sujeito é capaz de dar respostas positivas ou negativas aos anseios do grupo. As características individuais (biológicas e psicológicas), são de certo modo responsáveis pelo grande prestígio atribuído ao indivíduo na estratificação social.

As relações de mando e subordinação são resultantes da posição ocupada na pirâmide social. Quanto mais complexo o grupo, maior a divisão do trabalho e, conseqüentemente, mais definida esta relação.

Os indivíduos que ocupam as posições mais elevadas socialmente, geralmente são os detentores de maior prestígio em decorrência das relações de mando (aspecto político) e da capacidade de deter bens considerados raros e úteis pelo grupo (aspecto econômico).

Numa perspectiva histórica, a família tem apresentado conotações diversas — ora extensa, ora monogâmica, ora patriarcal, ora matriarcal — dependendo sua estrutura da atividade econômica que assegura a sobrevivência dos indivíduos.

Os predadores apresentam conotações diversas dos industrializados. Mas, mesmo dentro desta gama de variações experimentadas pela família procura-se definir o denominador comum do grupo familiar — a relação de parentesco (muitas ve-

zes difuso), aliado à consangüinidade ou à autoridade de um patriarca ou chefe de clã, desenvolve, nos indivíduos, a consciência de que faz parte de um grupo que precisa ser preservado, protegido e reconhecido pelos demais.

Esses grupos — com tradições e valores culturais comuns — constituem um agrupamento maior que é a nação. A nação aparece com a consciência de sua própria unidade. Organiza-se politicamente e surge o Estado.

O indivíduo luta dentro do grupo menor para ser detentor do poder (político e material) da mesma forma que os grupos maiores — as nações — o fazem para preservar os mesmos bens.

É a posse, a detenção do poder, é a luta pelo prestígio dentro da sociedade um dos maiores anseios do indivíduo no intuito de autopreservação sua, de sua família, de sua nação e da sociedade internacional.

Mas o homem sente que as contingências, os fenômenos sobre os quais não exerce controle são capazes de interferir no sentido de deslocá-lo socialmente.

Procura, pois, os meios de neutralizar o imprevisto, os caprichos da natureza, ou minorar-lhes os efeitos, para que a estabilidade do grupo seja mantida e a tranquilidade uma constante na vida de seus membros, para que, dos bens acumulados, possam usufruir todo o proveito permitido socialmente.

Aparece, então, a entidade seguradora, como deposi-

tária dessa tranquilidade social, na medida da sua credibilidade junto ao grupo.

A imagem que o grupo fizer desta instituição será solidificada através do desempenho de papéis que respondam aos anseios de cada um.

Da mesma forma que a família, a propriedade, a nação e o Estado surgem em torno do interesse social reconhecido, o Seguro só será uma sólida instituição quando resultar do consenso social.

Não é algo imposto por normas ou leis escritas e o rígido controle estatal que lhe assegurará a existência.

Estes aspectos tornam-se incidentais se nas suas raízes estiverem os anseios do grupo.

Sem o consenso social jamais se estabelece uma verdadeira instituição. Ela não pode ser imposta. As instituições só se tornam irreversíveis quando a necessidade de sua existência é uma exigência do grupo que acredita nela para sua autopreservação.

A vida do seguro como instituição depende da interação cada vez maior entre segurado e segurador. O comportamento de um provoca mudanças no comportamento do outro.

Qualquer previsão que se faça sobre o seguro em termos de futuro, tropeça no binômio — segurador — segurado. Quanto maior o grau de confiabilidade que existir entre as partes mais fortalecido será o sistema. Das respostas posi-

tivas dadas pelo segurador ao segurado dependerá sua conduta. Esta conduta, se de crescente adesão, será a propulsora do desenvolvimento do seguro como instituição.

O seguro nasce do consenso geral e nele se fortalece. O grupo só crê naquilo que se mostra positivo como experiência social.

As instituições tem vida. Elas nascem, crescem, se fortificam ou fenecem.

Se forem consideradas inúteis, pelo grupo, por não capazes de fornecer papéis-respostas para seus anseios, desaparecerão. Se mostrarem, porém, que estão aptas a responder positivamente aos anseios de preservação do grupo, serão fortalecidas e sua irreversibilidade estará assegurada.

Mas, esta resposta positiva não, se limita apenas à tarefa indenitária, primordial, é certo, mas não básica.

A missão do seguro tem dimensão maior: a de evitar perdas, através da eficiente e cuidadosa assistência técnica prestada ao segurado, para que o risco não transponha o limiar da probabilidade para alcançar terreno negativo.

Creio em um sistema segurador forte, consciente, possuído de sensibilidade operacional, com opções a oferecer ao cliente, em que os interesses sejam coincidentes e o respeito mútuo, entre seguradores e segurados, uma constante.

Creio na evolução do mercado, no seu aprimoramento, no fortalecimento das empresas, na sua capitalização e na

7

crescente prestação de bons serviços por profissionais técnica e moralmente responsáveis, que busquem apenas o bem comum e se não deixem seduzir por lucros fáceis ou apressados. O seguro é um negócio vagaroso.

Mas não creio em exarcebada competição para arrecadação de prêmios, induzida por períodos breves de bons resultados de balanço. Esta é apenas uma visão míope do futuro.

O controle do Estado, no interesse dos segurados e beneficiários dos contratos de seguro, pode até vir a tornar-se dispensável, ou grandemente suavizado. O futuro do seguro está com os Senhores. O Governo só ajudará para que esse futuro seja grandioso e responda aos anseios de paz e de prosperidade de todos nós.

PRONUNCIAMENTO DO DR. JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA, DIA
06 DE OUTUBRO DE 1977, NA 10a. CONFERÊNCIA BRASI
LEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

"A verdade central e estupenda acerca dos paí-
ses desenvolvidos economicamente, nos nossos dias, é que eles
podem ter - num abrir e fechar de olhos - a espécie de esca-
la de fontes e de matérias primas que resolverem ter ...
Não são mais as fontes e as reservas que limitam as decisões.
São as decisões que fazem nascer as fontes e as reservas. Es-
ta é a mudança revolucionária fundamental - talvez a mudança
mais revolucionária que o homem jamais conheceu".

São palavras de U Thant, o eminente político
e pensador que exerceu por vários anos o cargo de Secretário
Geral da ONU. A meu ver, contém a chave e a síntese inter-
pretativa dos rumos que estão tomando a civilização e a cul-
tura. Trata-se de processo abrangente, de que nenhuma nação
há de escapar, direta ou indiretamente, e que justifica a no-
va dimensão vislumbrada por Mc Luhan para o mundo: uma sim-
ples aldeia global.

O quadro da atualidade não é fruto, porém, de
lenta, gradual e milenar evolução. O advento da agricultura,
ocorrido na idade neolítica, pelos efeitos que produziu na é
poca, constitui o paralelo histórico mais próximo da experiên-
cia atual da humanidade. Entretanto, a revolução agrícola,
que fez o homem deixar de ser nômade, criou um tipo de civili-

zação que perdurou por milênios. A Revolução Industrial, ao contrário, recentíssima na história da humanidade, não levou senão pouco mais de um século para desembocar na moderna e e tapa da superindustrialização. Note-se, além disso, que o avanço célere da ciência e da tecnologia tomou realmente grande ímpeto não faz quarenta anos, com a eclosão da Segun da Guerra Mundial.

A cibernética, a automação, a energia atômica, o satélite artificial, primeiro passo para a exploração do espaço; o poderoso instrumental matemático que a ciência hoje manipula para suas especulações e realizações; a teoria dos sistemas, o "marketing", a ciência da administração, o plástico e os produtos sintéticos, inclusive a novidade dos descartáveis, tudo isso constitui a obra e o drama da geração que construiu um tremendo legado aos jovens que hoje se preparam para assumir a responsabilidade das decisões de amanhã.

Esse pálido e resumido esboço histórico, não obstante suas limitações, é no entanto suficiente para colocar em relevo, na memória e na atenção de todos nós, a velocidade das mudanças que estão ocorrendo na capacidade produtiva dos sistemas econômicos, na cultura e nos estilos de vida da humanidade. Morreu a permanência e, exatamente na e poca que se caracteriza pela febre das transformações, aqui nos reunimos para sondar o futuro, para avaliar os problemas e os horizontes do seguro brasileiro na próxima década.

Eis um desafio que desde logo traz à lembrança certo descrédito que se popularizou em torno do exercício estatístico das projeções, rotulado com a denominação, diria pejorativa, de futurologia. Tal reação foi provocada, como todos sabemos, pelas projeções do "Hudson Institute", publicadas no livro de Herman Kahn e Anthony Wiener, "O ano 2000". O Brasil, com renda "per capita" estimada em 280 dólares, naquele trabalho, para o ano de 1965, chegaria ao fim do século com apenas 506 dólares. Essa marca já foi ultrapassada em 1970. A estimativa de Kahn-Wiener nos atribua, nos 35 anos que iriam decorrer até a virada do século, uma taxa de crescimento equivalente, em progressão geométrica, a 1,7 por cento ao ano - um índice, evidentemente, sobre o qual não há necessidade de comentários.

Prospecções dessa ordem suscitaram, em reação, conceitos também impróprios. Por exemplo, o de economia, ciência que se destinaria a justificar, no presente, os fracassos de suas previsões futuroológicas do passado; ou como o da Estatística, que teria a virtude de revelar o geral, escondendo o essencial dos fenômenos ou tendências que visa a retratar. Isso sem falar no caso do estatístico que morreu afogado num rio de profundidade média que dava pé.

Não me arriscarei a um afogamento ao tentar, aqui, um mergulho no futuro, mesmo próximo, da atividade seguradora nacional. Direi, antes, que exercícios estatísticos como o do Hudson Institute valem mais como estudos 'capazes

de revelar tendências. Estas, como deixou claro U Thant, podem ser modificadas, já que hoje se identificou, nas decisões, a força de primeiro plano a forjar os destinos das nações, tenham ou não elas disponibilidades de fontes e matérias básicas. O trabalho de Kahn-Wiener, no entanto, serviu como útil advertência, indicando a propensão para tornar-se cada vez maior a defasagem de renda entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, ou, segundo classificação recente, nem sempre justa, entre países bem gerenciados e subgerenciados.

Sem entrar aqui em considerações mais amplas, é fato que o programa econômico brasileiro levou à aceleração do desenvolvimento nacional. Portanto, as decisões dele decorrentes modificaram as perspectivas apontadas pelas projeções do Hudson Institute.

O modelo contido no II PND visou a ajustar a economia brasileira aos efeitos da crise internacional de 1973, consubstanciando, ao mesmo tempo, um conjunto de medidas capazes de resguardar a continuidade do nosso ritmo anterior de expansão produtiva. Em síntese, procurou preservar o sistema firmado na economia de mercado, com forte conteúdo social, orientando-se para um nacionalismo positivo e dominado, sobretudo, por um pragmatismo reformista.

Em sua filosofia, portanto, o modelo brasileiro é dotado de flexibilidade para os reajustamentos que a di

nâmica do processo de desenvolvimento nacional possa exigir, nos seus pontos-de-apoio e na justa graduação do seu ritmo de evolução.

Cálculos bastante confiáveis indicam para o Brasil, no ano de 1980, uma força de trabalho da ordem de 40 milhões de pessoas, contra os 29,5 milhões de 1970, vale dizer, uma progressão geométrica de 2,9 por cento ao ano. No mesmo período, de acordo com as previsões do II PND, o produto interno bruto crescerá 170 por cento; a renda "per capita", 105 por cento; o investimento bruto fixo, 222 por cento; as exportações, 796 por cento, destacando-se as de manufatura dos; o consumo "per capita", 97 por cento.

Esses Índices, se não refletem o propósito de uma quantificação rigorosa, traduzem pelo menos propensões de desempenho da nossa economia; descortinam, estou certo, perspectivas altamente favoráveis para a continuidade do ritmo incomum de progresso que vem registrando, nos últimos anos, a atividade seguradora nacional.

Essas perspectivas representam horizontes; potencialidades que o mercado tem, agora mais do que antes, a explorar, multiplicando os fatores de crescimento real. Isto porque, o sistema segurador do País apenas começa a amadurecer, pois só recentemente adquiriu autonomia, com uma oferta amplamente diversificada, isto é, sem brechas pelas quais se justifique buscar, no exterior, suprimento para parte da pro

cura doméstica de seguros. Além disso, acusa satisfatória ca
pacidade patrimonial, ostentando as sociedades seguradoras
ativo líquido total que, em 31 de dezembro último, correspond
dia aproximadamente a 50 por cento da arrecadação de prêmios
do ano, sem dúvida um alto nível de solvência. Nosso mercado
segurador, há poucos anos, lutava para ocupar espaços dentro
da economia interna do País. Hoje já se empenha, extrovertid
do, para a conquista de posições ascendentes na área dos neg
ócios internacionais.

Tudo isso deixa em evidência que o sistema seg
gurador nacional está adquirindo celeremente novo e important
te "status", colocando-se em escala operacional que lhe perm
mite, agora não mais retardatário, um aproveitamento melhor
e mais amplo das oportunidades oferecidas pelo ambiente econ
ômico e social do País.

A essas condições endógenas do mercado segurad
dor, que lhe proporcionam instrumentos de servir e evoluir,
convém não esquecer que também se agregam, como elementos de
importância ainda maior, condições exógenas sob as quais as
sociedades seguradoras podem hoje operar e prosperar. Nesse
último rol, coloco em relevo a mentalidade previdenciária do
povo brasileiro (consciência ativada pelo grau de cultura econ
ômica resultante do próprio desenvolvimento nacional), e a
nova atitude do Estado em relação ao setor, antes quase esq
uecido e hoje sob os cuidados permanentes de uma política

governamental que evolui segundo as necessidades da sociedade e de apoio e correção à expansão do sistema. As regulamentações do seguro-saúde, dos montepios e organizações similares, dos fundos de pensões são - entre outros inúmeros - exemplos eloquentes da atenção do Governo, em sua preocupação especial com o progresso do seguro e da previdência privada.

Quanto ao ambiente cultural, é notória a mudança acentuada de mentalidade do brasileiro, que vai assimilando cada vez mais o papel e a necessidade do seguro como poupança de alta prioridade, pelas garantias, investimentos e rendimentos que produz em seu benefício, do grupo familiar, do processo econômico e, em última análise, da própria sociedade. Não preciso dar exemplos dessa evolução cultural, pois o auditório está familiarizado, na sua experiência profissional, com o grau de sofisticação que vem alcançando certas faixas de procura espontânea de novas formas de seguros. O fenômeno é fruto, não apenas de todas as circunstâncias até aqui mencionadas, mas também, em boa parte, dos novos recursos e estilos que passaram a ser utilizados no processo de comunicação de massa entre o sistema segurador e o grande público.

Assim, vislumbrando extensa constelação de fatores de expansão que não de superar tudo o que se possa prever ou antever para o porvir do seguro, entendo que a responsabilidade maior, pelo comportamento dessa atividade na próxima década, recairá quase que exclusivamente sobre os empre

sários privados do setor. Cada vez mais autônomos, ou seja, menos dependentes da ação supletiva ou paternalista do Estado, terão que agir com grande lucidez, recorrendo permanentemente à imaginação e à criatividade, que somente se exercitam com realismo à base de pesquisas destinadas à criação de bem definidos programas de comercialização. Direi mais: o empresário, que no setor de seguros está impregnado de um excesso de prudência que chega a se confundir com a inércia, precisará ousar nas decisões, embora sem perda da necessária dose de equilíbrio. Também no campo dos seguros é válida a sentença de U Thant: já não são as potencialidades que limitam as decisões; estas é que fazem criar novos meios e recursos de expansão, abrir e avançar as fronteiras do mercado.

Recordo, a propósito, o que disse há pouco mais de sete anos, ao empossar-me na Presidência do IRB. Expresssei, então, o entendimento de que a política do seguro deveria orientar-se para mobilização plena dos recursos internos e externos capazes de conduzir a êxito os objetivos desse nobre setor da atividade humana. Mas assinalei, também, que a evolução de seguro dependeria fundamentalmente do engenho e arte das empresas privadas, não lhes faltando, para o que fosse necessário, a colaboração do IRB. O preço da evolução, no entanto, seria a multiplicação das responsabilidades do mercado, ou seja, das operações que passariam ao seu âmbito de decisões.

Nos sete anos agora decorridos, um exame retrospectivo deixará claro que o IRB, procurando tutelar cada vez menos as empresas, a estas gradualmente transferiu encar

gos e responsabilidades cada vez maiores. Deixou de ser um simples administrador de consórcios, passando a reinvestir-se nas funções de ressegurador; não de um ressegurador ávido de clientela, mas ao contrário um ressegurador de empresas cada vez mais fortes, mais ativas e mais capazes de reter negócios; um ressegurador preocupado em aquinhoar mais as empresas domésticas, para assim cumprir melhor a sua missão institucional de repartir menos, com as organizações do exterior, o produto da atividade seguradora nacional.

Hoje, com ênfase maior do que a imprimida às palavras ditas na minha posse, reafirmo que o futuro do mercado segurador dependerá da liderança dos empresários privados do setor. Com a experiência já agora adquirida, adianto que antevejo, como decorrência necessária da criatividade que foi demonstrada pelas empresas seguradoras, uma profunda mudança no comportamento do resseguro. Ao invés dos atuais sistemas padronizados, dos planos e normas uniformes, o IRB chegará à etapa de uma atuação semelhante à da maioria dos resseguradores, talhando as coberturas mais condizentes com as necessidades específicas das empresas seguradoras. Não de poder, assim, estas, ao invés de sujeitas a parâmetros que igualizam e ignoram situações heterogêneas, contar com esquemas de resseguro que as libertem para a procura de caminhos próprios, através dos quais possam cavar e desbravar as múltiplas possibilidades da procura global.

O eminente sociólogo Gilberto Freyre, em conferência sobre os aspectos sociais do seguro no Brasil, sublinhou o fenômeno sociológico do novo tipo de relacionamento, perigosamente impessoal, gerado pelo advento do capitalismo, afrouxando os laços de solidariedade que antes uniam os homens. A grande verdade, evidente nos dias de hoje e nos grandes centros urbanos, é que o indivíduo vai ficando cada vez mais só na multidão. Daí realçar Gilberto Freyre a obra de previdência dos portugueses, concretizada nas sociedades beneficentes para a prestação de assistência médico-hospitalar e, em menor escala, a instituição do apadrinhamento - "quem tem padrinho não morre pagão", isto é, desamparado, segundo o conhecido provérbio.

Reflexões dessa natureza levaram-me a dizer, em reunião da FIDES que se realizou no Rio de Janeiro, ano passado, que entendia e exaltava a instituição do seguro como instrumento de humanização do capitalismo. Pois o seguro é comunhão, força que emerge da união e da solidariedade entre as classes sociais, através do mutualismo.

Ao reiterar a concepção de que, através do seguro, o capitalismo se humaniza, entendo que, na próxima década, os seguros de pessoas não de ser reconduzidos pelas empresas seguradoras à destacada posição relativa que, entre nós, já tiveram no passado. Esse é o segmento mais nobre do mercado, pois se destina a propiciar segurança econômica ao homem, do berço ao túmulo, através de numerosas variantes como o pecúlio, os seguros para a educação, a invalidez, a ve

lhico, a enfermidade, a formação do patrimônio (como aquisição de casa própria e bens de consumo duráveis), o amparo de filhos excepcionais, e tantos outros planos em que se multiplica particularmente o ramo Vida.

Estou convencido de que o mercado segurador progredirá, e muito, na próxima década. Realço, no entanto, a responsabilidade do empresário segurador nesse porvir. Caber-lhe-á, sobretudo, a decisão de tornar o seguro, no Brasil, uma atividade de vanguarda na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Caber-lhe-á, assim, a tomada das iniciativas, preparando a empresa para atender a um "consumo" de massa dos seus serviços, o que supõe nova magnitude da aplicação de recursos tecnológicos e humanos, particularmente estes últimos, conduzidos pelo ensino profissional sistematizado a altos níveis de qualificação.

Nos últimos dez anos, o Governo tomou a si a tarefa de comandar a reestruturação do mercado segurador. Agora adulto e fortalecido, está entregue aos seus legítimos donos, os empresários, para a obra do futuro, para as grandes tarefas da próxima década.

PRONUNCIAMENTO DO DR. CARLOS FREDERICO LOPES DA MOTTA,
DIA 07 DE OUTUBRO DE 1977, NA 10a. CONFERÊNCIA BRASI
LEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

EXMO. SR. MINISTRO etc. etc.

Nada mais honroso do que a missão atribuída ao Presidente da FENASEG de saudar V.Excia., em nome do mercado segurador e dos delegados presentes à 10a. Conferência Nacional de Seguros.

...
Nenhuma conferência, como esta, demonstrou tão cabalmente a evolução profissional dos seguradores e o elevado grau de maturidade do Sistema Nacional de Seguros.

É claro que tudo isso representa o resultado de um longo processo que, ainda que superficialmente, vale a pena analisar.

O mercado segurador foi submetido, em nosso País, nos últimos 30 anos, a significativas transformações de profundidade.

Em 1950, por exemplo, das 20 modalidades de seguro então operadas, quatro concentravam 90 por cento dos prêmios - e o ramo vida correspondia a quase metade desse avantajado segmento. Na outra metade distribuíam-se os seguros de incêndio, acidentes do trabalho e transportes. Nos vinte anos seguintes, ou seja, até 1970, aqueles quatro pilares do sistema perderam as importantes posições relativas antes

...

ocupadas. Baixaram, primeiro para o nível dos 79 e, depois, para a faixa dos 51 por cento. Uma queda pode-se dizer vertiginosa, pois quase da ordem de 4/9 .

As razões principais desse fenômeno não são conhecidas, duas delas alcançando maior expressão. De um lado ocorreu que os seguros de vida simplesmente não tiveram meios para escapar à erosão inflacionária. De outra parte, sucedeu que a carteira de acidentes do trabalho viria, afinal, sucumbir ao longo assédio das forças da estatização.

Ariu-se, dessa maneira, enorme fenda na estrutura do mercado. Coincidentemente, porém, foi nesse período que tomou alento e ritmo a nossa Revolução Industrial. A economia interna decolava enfim do subdesenvolvimento.

É claro que esse fato novo iria / criar outras perspectivas, alargar horizontes para o exercício da atividade seguradora. E a oferta desse setor realmente evoluiu, adquirindo diversificação e estrutura compatíveis com uma economia que deixava de ser marcadamente agrária para, cada vez mais, se tornar industrial. Hoje, nosso sistema segurador opera 33 modalidades , várias delas desdobradas em algumas submodalidades. Os prêmios emitidos em 1976 atingiram cerca de Cr\$ 17,2 bilhões, dos quais 62 por cento concentraram-se em quatro carteiras, mais da metade dessa grande fatia localizando-se nos ramos incêndio e automóvel, ambos típicos de uma economia industrial.

A propósito da evolução ocorrida,

note-se que, em valores corrigidos, a emissão de prêmios cresceu 26 por cento, nos anos 50; 90 por cento, nos anos 60; 168,5 por cento nos seis da década atual. Portanto, foi praticamente no último quinquênio que o seguro brasileiro atingiu a fase do crescimento acelerado. E aqui fique registrado um paradoxo: agora que o processo econômico deu outro perfil à renda nacional, os seguros de pessoas - em suas diversas modalidades, exclusive a de cobertura obrigatória de acidentes de trânsito - representam 22 por cento dos prêmios, quando em 1950 perfaziam 46 por cento. Esse é um dado que sugere, obviamente, o imperativo de ser fomentada a expansão dessas carteiras, para que, na próxima década, a estrutura do seguro brasileiro retrate a preocupação maior, e mais humanista, da nossa cultura e da nossa própria sociedade, com a proteção do homem e da família. A regulamentação do seguro-saúde e das entidades de previdência privada são, decerto, dois novos e grandes flancos abertos para o florescimento e a realização desse objetivo.

Mas, além disso, cabe assinalar dois outros importantes caminhos para o seguro brasileiro. Para explicitá-los melhor, lembrarei que civilizar é um processo contínuo de criação e multiplicação das necessidades humanas - no sentido econômico do termo e na opinião, evidentemente, dos economistas. Isso implica, no entanto, o avanço permanente da industrialização, já se falando hoje, até mesmo, nos países desenvolvidos, da sociedade pós-industrial. Para nós, seguradores, que temos outra ótica, por causa das experiências e critérios analíticos próprios de nosso tipo de atividades, a civilização industrial é a civilização do risco. Uma civilização que leva a enfatizar, no plano jurídico, a responsabilidade dos agentes econômicos e dos próprios indivíduos; e, no plano humanístico,

conduz à necessidade de proteger cada vez mais a vida humana e de preservar a prosperidade sócio-econômica, esta última em benefício do bem-estar social. Os empreendimentos que exigem elevada densidade de capital; as técnicas produtivas do processamento contínuo e da automação; a descoberta e utilização de uma multiplicidade de materiais sem comportamento bem definido em termos de incêndio; a construção de megalópoles altamente vulneráveis à incidência de grandes sinistros; tudo isso veio dar novas dimensões ao risco e aos seus efeitos, gerando toda uma nova problemática para a instituição do seguro.

A civilização do risco trouxe, mais recentemente, em termos de evolução do pensamento jurídico, a exacerbação do velho e clássico princípio da responsabilidade civil, dando-lhe novos fundamentos doutrinários e ampliando-lhe os campos de aplicação. A circulação automobilística, a poluição ambiental, a operação de instalações nucleares, o lançamento de satélites e de naves espaciais, a defesa do consumidor contra os danos oriundos de produtos e serviços profissionais de qualidade imprópria, estes são, para encurtar a lista, alguns exemplos indicativos da importância que a responsabilidade civil tem progressivamente assumido, reclamando apoio e expansão da cobertura de seguros específicos.

A civilização do risco exige, ainda, por sua própria natureza, que se desenvolvam as técnicas de proteção do homem e dos empreendimentos econômicos. Por isso mesmo, dela nasceram a chamada gerência de risco ("Risk Management") e a engenharia de segurança, dois setores de ser

viços que a atividade seguradora vem gradualmente assumindo, estimulando ou favorecendo - isto é, de qualquer forma vem, direta e indiretamente, aplicando recursos para melhor e mais efetiva assistência aos seguradores e à coletividade em geral. Essa é outra senda que terá relevo no papel reservado ao seguro na próxima década.

A 10a. Conferência, aliás, teve como tema principal o estudo e análise do seguro privado no Brasil, nos próximos dez anos. Creio que foi extraordinária a contribuição prestada, neste sentido, pelos delegados aqui presentes.

Quando se tenta a prospecção do futuro, é inevitável tomar como ponto de referência a atualidade, que é fruto do passado. Toda evolução tem caráter sequencial, constitui um processo. Esse conceito fundamental permanece intacto. Não o afetou, nem mesmo a atual velocidade das transformações que vêm ocorrendo na Civilização Ocidental, embora se torne cada vez menor a ponte entre o passado e o futuro. No caso da atividade seguradora, uma das experiências mais válidas e importantes, na bagagem que deve atravessar a ponte de ligação com o futuro, é a adquirida nos últimos anos com o exercício e a valorização do diálogo entre o empresariado e o Governo.

A conjugação de esforços das duas áreas, num clima de compreensão recíproca das posições de ambas as partes, foi sem dúvida a chave do êxito da política que orientou e induziu o crescimento do mercado, a este permitindo o aproveitamento das potencialidades oferecidas pelo desenvolvimento econômico e social do País.

Não se pode citar exemplo mais fr^usante dessa mútua compreensão, fecundada pelo diálogo, do que as reiteradas manifestações oficiais, até o escalão mais alto da Presidência da República, sobre a privatização do mercado segurador.

Creio que a assinatura do Protocolo de intenção para privatização da COSEGO - Cia. do Estado de Goiás, na presença de S. Excia. o Presidente Geisel, retrata, fielmente, o ponto de vista do governo sobre o tipo de capital que deve prevalecer no sistema segurador. Algumas pessoas, poucas sem dúvida, não compreenderam ainda porque, representando a participação das empresas estatais, como representa, somente cerca de 5 por cento dos prêmios de seguros produzidos no País, seja tão grande nossa insistência no processo. Na verdade, o que nos preocupa é a ameaça potencial que significa a presença desnecessária do Estado em nosso campo.

Basta verificar, por exemplo, o que aconteceu no Brasil com a poupança financeira no período de 1971 a 1976.

O magnífico trabalho do professor Carlos Geraldo Langoni, "A presença do Estado e o Mercado de Capitais", permite-nos constatar que, no triênio 1971/73, do total da poupança bruta doméstica, a participação estatal representava 48,2% contra 51,8% da iniciativa privada, ou seja, uma ligeira predominância desta última. No período de 74 a 76 aconteceu, simplesmente, que os 51,8% do setor privado reduziram-se a 27,6%, e os 48,2% do Estado elevaram-se a 72,4%. Nada mais estarrecedor! O que é mais grave, entretanto, é que, mes

mo na captação de recursos voluntários, no período, o peso relativo da participação estatal cresceu de 29% para 58% ! Quer dizer: dobrou ! O professor Langoni explica, com a lucidez que lhe é peculiar, as causas e os remédios para o fenômeno. A verdade, porém, está aí nua e simples: em cinco anos a iniciativa privada perdeu a hegemonia num setor que é seu por natureza.

É claro, pois, que se não estivermos atentos, o exemplo poderá frutificar entre nós. Lamento dizer que, se for aprovado um projeto de Lei hoje em curso no Senado, que transfere a uma empresa estatal os seguros dos órgãos do Poder Público, e que, se conceder-se ao Banco do Brasil, tal como se fez com a Caixa Econômica, o controle acionário de uma empresa de seguros, lamento, repito, dizer que os 5% atuais dos prêmios de competência das seguradoras estatais, transformar-se-ão, em menos de 2 anos, em 50% do total que o mercado privado produz. E isto sem nenhuma razão maior, porque se há um setor onde a livre empresa é absolutamente capaz, este é o do seguro privado. Essa perda de terreno, que para as empresas seguradoras ainda é uma perspectiva inquietante, para os corretores de seguros, no entanto, já é um problema real. Foram eles aliados da área dos seguros de órgãos do público, que hoje constitui importante segmento do mercado, pela expansão registrada na atividade empresarial do Estado. Não se lhes permite a intermediação, nem mesmo a administração de tais seguros. No entanto, agora é o próprio empresário estatal quem se ressentida da falta da assistência do corretor na administração de seus seguros. E visando remediar essa falta já existem projetos em tramitação. Para eles os seguradores pedem, Senhor Ministro, o apoio e o endosso de Vossa Excelência.

Creio que posso afirmar, finalmente, que, apesar de atentos, estamos tranquilos. A presença do Exmo. Sr. Ministro Calmon de Sá à frente da pasta da Indústria e Comércio, ilustre homem público que conhece de perto a importância do equilíbrio entre a iniciativa privada e o Estado, é uma garantia de que resolveremos bem o problema.

SR. MINISTRO, SENHORES DELEGADOS, O NOSSO

MUITO OBRIGADO

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, DR.
ANGELO CALMON DE SÁ, DIA 07 DE OUTUBRO DE 1977, NA 10ª CON-
FERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

Meus Senhores,

Com satisfação aceitei o convite para participar desta Sessão Solene de Encerramento da 10ª Conferência Brasileira sobre Seguro Privado e Capitalização. Antes de mais nada, desejo congratular-me com o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização do Estado de São Paulo pela realização desse conclave que tem como escopo promover o aperfeiçoamento das suas atividades e a expansão do Mercado Segurador.

O Governo, através do Ministério que dirijo, vem procurando dedicar esforços no sentido de apoiar o adequado desenvolvimento do setor, com o objetivo de criar condições para que os serviços prestados por seu intermédio, vitais a toda sociedade moderna e organizada, efetivamente espelhem o importante papel que representam como instrumento de promoção do progresso e do bem-estar da Coletividade.

Apesar das dificuldades geradas pela crise do petróleo, a economia brasileira mantém bom nível de crescimento. Conquanto o ritmo da atividade econômica tenha diminuído, em decorrência da estratégia governamental voltada para a atenuação

ção dos problemas de inflação e balanço de pagamentos, não o correu no Brasil o estancamento do processo de expansão, ao contrário do que aconteceu em outros países.

Essa ocorrência nos indica a necessidade de o País contar com um setor de seguros ativo e operante, dotado de empresas equipadas com modernas técnicas e capacitadas a concorrer em igualdade de condições com suas congêneres internacionais.

Por isso, vem o Governo, através do Conselho Nacional de Seguros Privados, do Instituto de Resseguros do Brasil, e da Superintendência de Seguros Privados, desenvolvendo toda uma política dirigida ao saneamento e fortalecimento do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Acompanhando o alargamento das dimensões dos mercados interno e externo, foi possível, mediante o conjunto de normas postas em prática, colocar o Brasil em posição de destaque na liderança do grupo de nações onde mais cresce o setor segurador. Foi notável a taxa global de incremento de 180%, registrada no quinquênio 1971/1976.

Na atualidade, o mercado brasileiro de seguros atravessa excelente "performance". O desempenho relevante não é apenas composto dos elevados índices agregados de crescimento observados em findos exercícios. Mais recentemente, no ano

passado, o Setor registrou nível de incremento real da ordem de 12,2% sobre o período anterior, fato importante por tratar-se de época difícil, de desaquecimento econômico interno.

Esta é uma prova de estar o Governo atendendo a dequadamente às necessidades nacionais nesta importante área; inclusive, foi possível às companhias brasileiras de seguros incorporarem-se às operações do mercado internacional, criando condições para alterar a tradicional imagem brasileira de "País Grande Importador de Coberturas".

Tais fatos são produto da política oficial objetiva e sadia, que comandou, nos últimos anos, o processo de evolução do seguro e resseguro no País. Em suas linhas estruturais, o elenco de normas teve como meta criar um mercado interno desenvolvido e autônomo, em condições de cumprir harmonicamente as tarefas básicas que lhe são cometidas, a saber:

- promover garantias às atividades econômicas e à evolução do processo social;
- investir no desenvolvimento nacional, através da aplicação dos recursos próprios das sociedades seguradoras e da poupança captada pelo sistema através das suas operações de previdência.

O desenvolvimento do mercado interno foi alimen

tado por decisões destinadas a diversificar a oferta de segu
ros, de modo a compatibilizá-la com a dinâmica e crescente pro
cura criada pela evolução econômico-social do País.

Novos programas foram implantados e outros modern
izados, pondo a atividade seguradora nacional em condições de
realizar toda a qualquer operação de seguro. Isso permitiu
não só a expansão de mercados, já mencionada, como serviu de ba
se para a conquista da autonomia há muito planejada.

O Governo pôde, dessa maneira, determinar que se
realizassem, no sistema segurador nacional, seguros que ain-
da vinham sendo colocados, no todo ou em parte, em mercados
externos, entre os quais os seguros de importação, de navios,
de aeronaves, de responsabilidade civil em geral e de riscos
bancários.

Para essa autonomia concorreu, de maneira subs
tancial, a ampliação do patrimônio líquido do sistema segura
dor, promovida pela política de incentivos às fusões e incorpo
rações de empresas e pelo processo de capitalização resultante
do próprio alargamento comercial do Setor,

Breve avaliação do crescimento do mercado segura
dor pode ser realizada mediante observação de três indicadores,
que dão boa medida da evolução no período 1970/76, a preços
desse último ano, que são a seguir alinhados:

a arrecadação de prêmios, que em 1970 acusava um crescimento de Cr\$ 6,4 bilhões, passou para Cr\$ 16,4 bilhões em 1976, por conseguinte registrando uma expansão da ordem de 156% no período;

o patrimônio líquido das sociedades seguradoras que totalizava Cr\$2,2 bilhões em 1970, atingiu Cr\$5,4 bilhões em 1976, representando crescimento de 232%. Ressalte-se que, no primeiro semestre do corrente ano, ampliou-se para Cr\$7,3 bilhões, através das reinversões dos lucros.

As reservas técnicas evoluíram de Cr\$ 3,1 bilhões em 1970 para Cr\$ 4,6 bilhões, registrando aumento de final de 48,4%.

Hoje, o mercado doméstico tornou-se amadurecido; atuando de forma vigorosa, tornando desnecessário, com a frequência observada no passado, colocar seguros no exterior. Contudo, hossa relações com o mercado internacional, embora bem ampliadas, ainda se limitam à via indireta do resseguro, se bem que realizado em novas bases e com reciprocidade. Mas temos, como meta final, competir e disputar cobertura de riscos em todas as áreas do mercado internacional.

Ainda não atingimos o ponto ótimo idealizado, apesar dos significantes índices de crescimento. A verdade é que, internamente, ainda existem espaços vazios à espera de ocupação. O uso das potencialidades da demanda virá a ser efetiva do mediante exercícios de genialidade, modernas técnicas e do trabalho incansável, que não tenho dúvidas, os senhores, legítimos representantes das sociedades seguradoras e homens do setor, farão para torná-lo forte e competitivo.

O emprego da pesquisa, da propaganda e tantos outros recursos oferecidos pela constante evolução das atuais estratégias de "marketing", são instrumentos que, bem manejados, podem levar o seguro a estágio de ampla e mais sustentada procura, onde os múltiplos planos de proteção securatória provocariam o surgimento da esperada massificação do seguro no Brasil.

Calcula-se, para citar aqui apenas alguns exemplos, que a frota nacional de veículos se aproxime hoje dos 7 milhões de unidades. Desse montante, contudo, apenas parcela ínfima, da ordem de 10%, encontra-se segurada. Os seguros de edifícios em condomínio, comerciais e residenciais, também não assimilaram expansão compatível e, dos imóveis cobertos por seguro, em grande parte os riscos estão calculados de forma insuficiente.

Como se percebe, no mercado nacional ainda há campo para desenvolvimento significativo e acredito ser não apenas

nas responsabilidades do Governo, mas especificamente das sociedades seguradoras o papel de promover a massificação do seguro, principalmente por via de planos populares pois, hoje, esse tipo de previdência é consumido por um público ainda restrito.

Por outro lado, tendo em vista as tendências que se cristalizam em alterações de profundidade na estrutura do mercado mundial, inclusive na área do resseguro, o mercado brasileiro, já lançado no processo de internacionalização, deve tornar-se mais agressivo e atuante, procurando conquistar posições cada vez mais elevadas na atual repartição dos negócios da comunidade internacional.

Pela maturidade já alcançada, o seguro brasileiro tem condições de tornar-se parceiro expressivo de outros mercados através do intercâmbio de negócios, pugnando em particular pela integração dos centros seguradores latino-americanos e, de modo geral, por estreito e direto convívio comercial com os demais mercados do mundo.

Porém, tudo quanto foi dito até aqui evidenciou fatos e números do passado. Nosso tema refere-se a acontecimentos futuros, relacionados com "O Seguro Brasileiro na Próxima Década". Para influir no futuro há necessidade de criações presentes. Por isso, acredito que fatores outros, hoje ainda em nível de consultas, abrirão novos horizontes para nosso mercado, como o da criação de empresa especializada para operar em

seguros de crédito à exportação, a fim de que o seguro se torne instrumento estimulador das nossas vendas externas.

Por oportuno, e em termos de expectativas de negócios futuros, cabe destacar a nova área aberta às sociedades seguradoras, mediante a regulamentação do seguro-saúde, realizada pela Resolução 11/76 do Conselho Nacional de Seguro Privado e pela Circular 59/76 da SUSEP, para o qual já existe no País densa procura latente, gerada pela melhoria de renda em vários segmentos da população, fato que vem provocando forte evolução dos chamados fundos de pensões.

Por outro lado, a integração, no Sistema Nacional de Seguros Privados, dos Montepios e Organizações Similares, na forma da Lei nº 6.435 de 15.07.77, ampliará o campo de ação das empresas seguradoras munindo-o de segmentos operacionais de suma importância para o mercado. Com isso, os seguros de pessoas podem receber impulso considerável, pois sua expansão está diretamente relacionada às potencialidades agora colocadas ao alcance do poder de penetração das sociedades seguradoras.

Finalmente, cabe ainda destacar que a política de fortalecimento e expansão contínua da atividade seguradora é de alto interesse coletivo. Além de ser importante fonte de captação de poupanças destinadas a investimentos propulsores do progresso, o seguro é alavanca de promoção do bem-estar social

e, mais ainda, é uma atividade de interesse da segurança nacional, pelas garantias que proporciona a setores econômicos e produtivos de importância estratégica para o País.

Ao examinar a pauta deste encontro tive o prazer de verificar que os assuntos que iriam ser abordados foram cuidadosamente selecionados em função das reais necessidades do Setor Segurador. Espero, portanto, que os temas e debates aqui desenvolvidos resultem não apenas no amplo esclarecimento sobre teses e trabalhos, mas em contribuição efetiva ao aprimoramento do Sistema Segurador e quero, desde já, dar o aval do meu Ministério à iniciativas da espécie, em que renomados especialistas, homens de negócios e Governo se reúnem para tratar de problemas vitais ao Sistema Nacional de Seguros e Capitalização, cujas soluções, tenho certeza, trarão benéficos frutos para a economia do País.

Muito Obrigado.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA - TRIÊNIO 77/80

DIRETORES EFETIVOS

Presidente	-	WALMIRO NEY COVA MARTINS
Vice-Presidente	-	HUMBERTO FELICE JÚNIOR
1º Secretário	-	NELSON RONCARATTI
2º Secretário	-	OCTÁVIO CAPPELLANO
1º Tesoureiro	-	ABRAHÃO GARFINKEL
2º Tesoureiro	-	WALDEMAR LOPES MARTINEZ

DIRETORES SUPLENTE

FERNANDO EXPEDICTO GUERRA
FRANCISCO LATINI
FELIPE CARDILLO
JANUÁRIO D'ALESSIO NETO
RYUIA TOITA
ORLANDO MOREIRA DA SILVA

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:

P.W.B. GIULIANO
GIOVANNI MENEGHINI
EURICO DA SILVA BASTOS

SUPLENTE:

JOÃO JÚLIO PROENÇA
LUIZ JOSÉ CARNEIRO DE MENDONÇA

DELEGADOS REPRESENTANTES AO CONSELHO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

EFETIVOS:

WALMIRO NEY COVA MARTINS
HUMBERTO FELICE JÚNIOR

SUPLENTE:

NELSON RONCARATTI
OCTÁVIO CAPPELLANO

AV. SÃO JOÃO, 313 - 7.º ANDAR - FONES 34-4828 e 32-5736 - END. TELEG. "S E G E C A P" - SÃO PAULO - C. G. C. 60.495.931

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA - TRIÊNIO 77/80

DIRETORES EFETIVOS

Presidente	-	CARLOS FREDERICO LOPES DA MOTTA
1º Vice-Presidente	-	CARLOS ALBERTO MENDES ROCHA
2º Vice-Presidente	-	ALBERTO OSWALDO CONTINENTINO DE ARAÚJO
1º Secretário	-	SERAPHIM RAPHAEL CHAGAS GÔES
2º Secretário	-	NILO PEDREIRA FILHO
1º Tesoureiro	-	HAMILCAR PIZZATTO
2º Tesoureiro	-	NILTON ALBERTO RIBEIRO

DIRETORES SUPLENTE

GERALDO DE SOUZA FREITAS
ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
RAUL TELLES RUDGE
RUY BERNARDES DE LEMOS BRAGA
GIOVANNI MENEGHINI
JOSÉ MARIA SOUZA TEIXEIRA COSTA
DÉLIO BEN-SUSSAN DIAS

RUA SENADOR DANTAS, 74 - 13º PAVIMENTO - ZC-06 TELEFONES 242-6386 - 252-7247 - RIO DE JANEIRO